



AGENDA ISLÂMICA III
SÉRIE S.E.I. – SEMINÁRIO DE EVANGELIZAÇÃO ISLÂMICA
SEGURANÇA BÍBLICA

“Apologética ao Islamismo”

ESTUDO 798

*“Estai sempre preparados para responder com mansidão e temor
a qualquer que vos pedir a razão da esperança que há em vós.”*

I Pedro 3:15

Estudo: 19 fevereiro 2026
Igreja: 2 a 6 de março 2026

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, temos sido preparados pelo Espírito Santo para uma grande colheita espiritual. É plausível afirmar que parte expressiva dessa colheita ocorrerá entre os povos muçulmanos, dentro do desígnio providencial de Deus na História. Nos estudos anteriores, consideramos o papel da Igreja na intercessão e na conscientização missionária, quanto à evangelização dos povos muçulmanos.

No presente estudo, avançamos para uma abordagem de caráter apologético e teológico-intelectual, buscando compreender como o aprofundamento do conhecimento pode nos capacitar, de modo prático, para um diálogo mais qualificado.

A fé cristã não é irracional, ainda que transcenda a razão. Ela não se origina da razão humana, mas tampouco a exclui como instrumento. A revelação divina não anula as faculdades naturais do ser humano; antes, orienta-as e lhes confere direção adequada. Portanto, o uso do intelecto na compreensão e defesa da fé está em harmonia com a própria ordem criada por Deus.

A Escritura convoca o crente a amar a Deus também com o entendimento (Mt 22:37). Assim, a responsabilidade intelectual da fé não é uma exigência moderna, mas um princípio bíblico. A crença que não busca compreensão tende a encontrar dificuldades quando questionada. O cristão que não desenvolve fundamentos racionais para sua fé poderá ter limitações ao explicá-la de modo coerente.

Quando confrontado com questionamentos de ordem histórica ou científica acerca do texto que professa como sagrado, poderá carecer de respostas consistentes. A apologética, nesse sentido, não cria a verdade do cristianismo, mas a defende e a articula racionalmente.

Comparações com outros textos religiosos frequentemente surgem nesse contexto. O Livro de Mórmon, por exemplo, é objeto constante de debate acadêmico quanto à comprovação histórica de determinadas referências geográficas e culturais. Em contraste, o texto bíblico tem sido amplamente examinado por historiadores e arqueólogos ao longo de séculos.

Arqueólogos do *Antigo Oriente Próximo*, como *William F. Albright* e *Nelson Glueck*, contribuíram significativamente para a investigação do pano de fundo histórico das Escrituras. *Nelson Glueck* escreveu:

"Pode-se afirmar categoricamente que nenhuma descoberta arqueológica jamais contradisse uma referência bíblica. Dezenas de achados arqueológicos foram feitos que confirmam em linhas gerais ou, em detalhes exatos, declarações históricas da Bíblia."



Embora a fé seja dom de Deus e resultado da ação do Espírito Santo, ela não se estabelece em oposição à racionalidade. A razão humana é limitada e afetada pela condição caída do homem, mas continua sendo instrumento válido quando corretamente orientada pela verdade revelada.

O intelecto pode ser definido como a faculdade humana pela qual se aprende a verdade. Por meio dele, o ser humano examina a si mesmo, interpreta o mundo e considera questões acerca de Deus, da existência e do propósito da vida. Assim, o uso adequado do intelecto não rivaliza com a fé, mas serve como meio de discernimento, protegendo o crente de confundir verdade e erro.

A *Apologética Cristã*, entendida historicamente como a defesa racional da fé revelada, exerce esse papel de serviço à verdade.

Todo salvo precisa estudar sobre esse assunto tão necessário para a nossa atualidade. Por isso queremos apresentar, aqui, um resumo da *Apologética Cristã*.

Desfrute!

O QUE É A APOLOGÉTICA CRISTÃ?

A palavra *apologia* provém do grego *ἀπολογία*, cujo sentido é defesa ou resposta apresentada de modo fundamentado. No contexto bíblico, o termo carrega a ideia de uma defesa racional diante de questionamentos.

A *Apologética Cristã* é o ramo da Teologia que se dedica à defesa da fé cristã. Seu campo de atuação se manifesta especialmente quando a fé é confrontada por sistemas religiosos ou filosóficos que sustentam concepções distintas acerca de Deus, da revelação e do caminho da salvação.

Como afirmava *R. C. Sproul*, não basta explicar em que se crê - é necessário estar preparado para explicar por que se crê. A fé cristã possui conteúdo proposicional e histórico que pode ser exposto de forma inteligível.

O propósito deste estudo é mostrar de que modo a apologética pode auxiliar o cristão a dialogar com muçulmanos, esclarecendo pontos de divergência relacionados à Bíblia, à pessoa de Jesus Cristo e às afirmações centrais do islamismo.

Iniciaremos pela *Bibliologia*, que se trata de uma disciplina fundamental da *Teologia Sistemática* - ela se ocupa do estudo das Escrituras quanto à sua origem, inspiração, autoridade, canonicidade e transmissão histórica.

A CANONICIDADE DAS ESCRITURAS

A canonicidade define quais livros são reconhecidos como inspirados (*produzidos sob influência sobrenatural do Espírito Santo*) e autoritativos (*possuem a autoridade de Deus para orientar fé e conduta*). A palavra *cânon* vem do grego *κανών* (*kanōn*), que significa vara de medir, isto é, um padrão ou regra.



A formação do *cânon* foi um processo gradual ao longo de séculos. No Antigo Testamento, o Concílio de Jâmnia (final do século I d.C.) contribuiu para a consolidação do *cânon* hebraico.

No Novo Testamento, conforme o teólogo *Antonio Gilberto*, o *cânon* formou-se de modo progressivo, orgânico e criterioso. Por volta do ano 100d.C., todos os 27 livros já estavam concluídos e em uso nas igrejas. Os concílios do final do século IV não criaram o *cânon*; apenas reconheceram oficialmente o que a Igreja já aceitava.

OS CINCO CRITÉRIOS DA CANONICIDADE DE UM LIVRO

1. A AUTORIDADE DE UM LIVRO

Cada livro da Bíblia traz uma reivindicação de autoridade divina. A expressão "*assim diz o Senhor*" está presente na Bíblia, com frequência. Sempre existe uma declaração divina. Se faltasse a um livro a *Autoridade de Deus*, esse era considerado não canônico, não sendo incluído, portanto, no *cânon* sagrado.

Os livros dos profetas eram facilmente reconhecidos como canônicos por esse princípio de autoridade. A expressão repetida "*e o Senhor me disse*" ou "*a palavra do Senhor veio a mim*" é evidência abundante de sua autoridade divina. Alguns livros não tinham reivindicação de origem divina, pelo qual foram rejeitados e tidos como não canônicos. Talvez tenha sido o caso do *Livro dos Justos* e do *Livro da Guerra do Senhor*. Outros livros foram questionados e desafiados quanto a sua autoridade divina, mas por fim foram aceitos no *cânon*, como o Livro de Ester.

“Na verdade, o simples fato de alguns livros canônicos serem questionados quanto a sua legitimidade é uma segurança de que os crentes usavam seu discernimento. Se os crentes não estivessem convencidos da autoridade divina de um livro, este era rejeitado.”

2. A AUTORIA PROFÉTICA DE UM LIVRO

Os livros proféticos só foram produzidos pela atuação do Espírito Santo, que moveu alguns homens conhecidos como profetas. (II Pe. 1:10-21). A Palavra de Deus só foi entregue a seu povo mediante os profetas de Deus. Todos os autores bíblicos tinham um *dom profético*, ou uma *função profética*, ainda que tal pessoa não fosse profeta por ocupação. (Hb. 1:1).

Paulo exorta o povo de Deus em Gálatas, dizendo que suas cartas deveriam ser aceitas porque ele era apóstolo de Paulo. Isto porque todos os livros que não provinham de profetas nomeados por Deus, deveriam ser rejeitados. Os crentes não deviam aceitar livros de alguém que falsamente afirmasse ser apóstolo de Cristo (II Ts. 2:2).

Note que a segunda carta de Pedro foi objetada por alguns da Igreja Primitiva. Por isso, enquanto os Pais da Igreja não ficaram convencidos de que essa não havia sido forjada, mas de fato viera da mão do apóstolo Pedro, como seu versículo o menciona, ela não recebeu lugar permanente no *cânon* cristão.

3. A CONFIABILIDADE DE UM LIVRO

Outro sinal característico da inspiração é ser um livro digno de confiança. À vista desse princípio, os crentes de Bereia aceitaram os ensinamentos de Paulo e pesquisaram as Escrituras, para verificar se o que o apóstolo estava ensinando, estava de fato de acordo com a revelação de Deus no Antigo Testamento.



O fato de um texto estar de acordo com uma revelação anterior não indica que tal texto é inspirado. Grande parte dos apócrifos foi rejeitada por causa do princípio da confiabilidade. Os rejeitaram por suas anomalias históricas e heresias teológicas, seria impossível aceitá-los como vindos de Deus, a despeito de sua aparência de *autoridade*. Não podiam vir de Deus e ao mesmo tempo apresentar erros.

Alguns livros canônicos foram questionados baseados nesse mesmo princípio, como as cartas de Judas e Tiago.

4. A NATUREZA DINÂMICA DE UM LIVRO

O *quarto teste* de canonicidade, era a capacidade do texto de transformar vidas: "... a palavra de Deus é viva e eficaz ..." (Hb. 4:12). O resultado é que ela pode ser usada "... para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir, em justiça." II Tm. 3:16-17.

O apóstolo Paulo revelou-nos que a habilidade dinâmica das *Escrituras* inspiradas estava na aceitação das Escrituras como um todo, como mostra II Timóteo 3:16-17:

Disse Paulo a Timóteo: "*As Sagradas Escrituras podem fazer-te sábio para a salvação.*"

A partir daí, outros livros e mensagens foram rejeitados porque apresentavam falsas esperanças. (I Rs. 22:6-8) ou faziam rugir alarmes falsos (II Ts. 2:2).

5. A ACEITAÇÃO DE UM LIVRO

A *marca final* de um documento escrito autorizado é seu reconhecimento pelo povo de Deus ao qual originalmente se havia destinado.

A Palavra de Deus, dada mediante *Seus* profetas, e contendo sua verdade, deve ser reconhecida pelo *Seu* povo. Se determinado livro fosse recebido e usado como Palavra de Deus pelas pessoas às quais originalmente foi destinado, ficava comprovada a sua canonicidade.

Sendo o sistema de transportes atrasado como era nos tempos antigos, às vezes a determinação da canonicidade de um livro da parte dos Pais da Igreja exigia muito tempo e esforço. É por essa razão que o reconhecimento definitivo completo, por toda a igreja cristã, dos 66 livros do cânon das Escrituras Sagradas, exigiu tantos anos.

Até agora, aprendemos um pouco sobre como nossa Bíblia chegou até nós. Não foi um trabalho feito apressadamente ou de qualquer jeito. Tomou-se anos de estudo e muito esforço por parte de pessoas levantadas pelo Espírito Santo para esse fim.

Agora iremos analisar materiais, épocas e confiabilidade desses livros utilizando a Crítica Textual e a Historiografia.

CRÍTICA TEXTUAL

Crítica Textual é o trabalho de comparar manuscritos para identificar e corrigir variações, aproximando o texto atual do que foi originalmente escrito. Por que ela existe? Porque os textos antigos eram copiados à mão por séculos, sofrendo erros de cópia (*letras, palavras, linhas*) e, às vezes, recebiam acréscimos ou omissões involuntárias. A *Crítica Textual* surge para lidar com isso de modo científico.



Um manuscrito é uma obra escrita à mão, anterior à invenção da imprensa. Os textos do Novo Testamento foram preservados em cópias feitas por escribas, em papiro, e depois em pergaminhos, no formato de códice (*livro com páginas costuradas*). Embora os originais tenham se perdido, milhares de cópias antigas, algumas do século II d.C., conservaram seu conteúdo.

HISTORIOGRAFIA

Historiografia é o estudo de como a história é escrita, interpretada e transmitida ao longo do tempo. Ela não estuda apenas o que aconteceu, mas como os historiadores descrevem o que aconteceu.

A historiografia utiliza três critérios técnicos para avaliar a confiabilidade de documentos antigos. Estes métodos não foram criados para a Bíblia especificamente, mas são critérios gerais da pesquisa histórica.

1. *Teste Bibliográfico*

Examina a transmissão textual ao longo da história, considerando o número de manuscritos, a proximidade temporal com o original e a consistência entre cópias.

Existem aproximadamente 25.000 fragmentos de manuscritos bíblicos, dos quais cerca de 230 são anteriores ao Alcorão, demonstrando que, nos tempos de Maomé, esses documentos já circulavam. Os Rolos do Mar Morto (século I a.C.) confirmam a preservação textual do Antigo Testamento.

As variações entre manuscritos são erros de cópia que não alteraram doutrinas. Além disso, existem cerca de 86.000 citações do NT nos escritos dos Pais da Igreja (150–200d.C.), de modo que seria possível reconstruir todo o Novo Testamento a partir delas.

Obra	Data Original	Cópia Mais Antiga	Intervalo	Número de Cópias
Homero (Ilíada)	900a.C.	400a.C.	500 anos	643
Novo Testamento	40–100d.C.	125d.C.	25 anos	24.000

Bruce Metzger comenta: "Dentre todas as composições literárias escritas pelo povo grego, os poemas homéricos são os mais adequados para uma comparação com a Bíblia".

Ele acrescenta: *"Em todo o corpo de literatura antiga, tanto grega como latina, a Ilíada é a que mais se aproxima do Novo Testamento por possuir a maior quantidade de testemunho de manuscritos".*

2. *Teste das Evidências Internas*

Segue o princípio de Aristóteles - em caso de dúvida, deve-se favorecer o próprio documento, e não a posição do crítico. Os primeiros pregadores do Evangelho apelavam constantemente ao testemunho de primeira mão: *"Somos testemunhas destas coisas."*



Conforme *F. F. Bruce*, não teria sido fácil inventar palavras e obras de Jesus quando tantas testemunhas oculares ainda viviam. *William F. Albright* afirma que todos os livros do NT foram escritos entre as décadas de 40 e 80 do século Primeiro, confirmando que se trata de fontes primárias legítimas.

3. Teste das Evidências Externas

Fontes externas confirmam o testemunho das Escrituras. Diversos autores extra-bíblicos atestam a historicidade e confiabilidade dos textos:

Papias (130d.C.), registra que Marcos escreveu fielmente o que Pedro mencionava sobre Cristo.

Irineu (180d.C.), discípulo de *Policarpo* (*que foi discípulo de João*), afirmou que a base dos Evangelhos era tão firme que até os hereges os usavam.

Clemente de Roma (95d.C.) usou as Escrituras como confiáveis.

Flávio Josefo menciona João Batista em *Antiguidades XVIII 5:2*.

Taciano (170d.C.) organizou a primeira sequência harmônica dos Evangelhos (*Diatessarão*).

A Resistência da Bíblia

Em 303d.C., o imperador Diocleciano decretou a destruição das Escrituras. Vinte e cinco anos depois, Constantino ordenou a produção de cinquenta cópias às expensas do Governo. Voltaire previu que o cristianismo seria varrido da face da Terra em cem anos. Cinquenta anos após sua morte, a *Sociedade Bíblica de Genebra* usava sua própria residência para imprimir bíblias.

RESUMO

A Apologética Cristã frente ao islamismo sustenta-se em três fundamentos interligados:

Primeiro - Natureza da apologética: Disciplina teológica que capacita o cristão a fundamentar racionalmente sua fé.

Segundo - Canonização rigorosa: A Bíblia foi validada através de cinco critérios sistemáticos de verificação, demonstrando um processo criterioso de formação do cânon.

Terceiro - Confiabilidade histórica: Três testes historiográficos comprovam a fidedignidade textual das Escrituras, apoiados por evidências robustas, quais sejam, vasta quantidade de manuscritos, fontes primárias, testemunhos externos independentes e a preservação histórica excepcional do texto bíblico.

Conclusão: Essa tríplice fundamentação garante que o texto bíblico atual é preservado e confiável, oferecendo base sólida e segura para o diálogo apologético.

Passaremos agora para a *análise apologética da pessoa de Jesus*, portanto nossa matéria seguinte será *Cristologia*.



O JESUS DA BÍBLIA: A FILIAÇÃO DIVINA COMO VERDADE CENTRAL

1. O PONTO DE TENSÃO TEOLÓGICA

A negação islâmica da filiação divina de Jesus representa o divisor de águas entre cristianismo e islamismo. O Alcorão afirma categoricamente: *"Ele é Alá — Um (e indivisível). Alá — o Sustentador, de quem todos necessitam! Ele nunca teve descendência, nem foi gerado."* (Surata 112:1-3).

Esta objeção, contudo, baseia-se em um equívoco fundamental: a confusão entre filiação biológica (*reprodução física*) e a filiação eterna do Filho (*natureza divina compartilhada*). É muito importante entender essa distinção: *"A Filiação não começou na encarnação."* A encarnação não cria a filiação. Ela apenas manifesta na história aquilo que é eterno. Ou seja, Cristo não se torna filho ao nascer de Maria, pois Ele já é filho desde a Eternidade.

Se o Filho não fosse eternamente Filho:

- Não haveria Trindade eterna.
- Deus dependeria da criação para ser Pai.
- A revelação de João 17, perderia sentido.

João 17:5

E, agora, glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse.

2. O TESTEMUNHO BÍBLICO ABUNDANTE

a) Dados quantitativos:

- *"Filho de Deus"*: 43 ocorrências (*Textus Receptus/ARC*)⁽¹⁾
- *"Unigênito"*: 5 vezes, referindo-se a Cristo.
- Declarações diretas do Pai: 8 passagens distintas.

b) Evidência inaugural:

Marcos 1:1

Princípio do Evangelho de Jesus Cristo, Filho de Deus.

Marcos abre seu evangelho não com genealogia humana como Mateus, mas com uma declaração teológica: a filiação eterna é o fundamento da mensagem cristã, não um acréscimo posterior.

3. O TESTEMUNHO TRÍPLICE DO PAI

Batismo (*inauguração do ministério*):

Mateus 3:17 - Marcos 1:11 - Lucas 3:22

Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo.

Transfiguração (*confirmação da glória*):

Mateus 17:5 - Marcos 9:7 - Lucas 9:35

Este é o meu Filho amado; a ele ouvi.



Epístolas (*testemunho apostólico*):

Hebreus 1 :5 e 5 :5

"Tu és meu Filho, hoje te gerei" (o Salmo 2:7 cumprido)

Análise: O Pai não delega esta declaração a anjos ou profetas. Ele mesmo a proclama três vezes publicamente, estabelecendo um testemunho irrefutável.

4. AMPLIANDO A FUNDAMENTAÇÃO

a) Jesus autodeclara-se Filho:

João 10:36

Aquele a quem o Pai santificou e enviou ao mundo vós dizeis: Blasfemas, porque disse: Sou Filho de Deus?

João 11:4

Esta enfermidade... é para glória de Deus, para que o Filho de Deus seja glorificado por ela.

Sob juramento diante do Sinédrio, Jesus confirma ser o Cristo, o Filho de Deus:

Mateus 26:63-64

E Jesus, porém, guardava silêncio. E, insistindo o sumo sacerdote, disse-lhe: Conjuro-te pelo Deus vivo que nos digas se tu és o Cristo, o Filho de Deus. Disse-lhes Jesus: Tu o disseste; digo-vos, porém, que vereis em breve o Filho do Homem assentado à direita do Todo-Poderoso e vindo sobre as nuvens do céu.

b) Testemunho apostólico unânime:

Pedro:

Mateus 16:16

Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo.

João:

João 20:31

Estas coisas foram escritas para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus.

Paulo:

Romanos 1:4

Filho de Deus com poder... pela ressurreição dos mortos.

Escritor de Hebreus:

Hebreus 1:1-2

Havendo Deus... falado-nos nestes últimos dias pelo Filho.

c) Testemunho dos anjos caídos (demônios):

Marcos 3:11

Os espíritos imundos... clamavam, dizendo: Tu és o Filho de Deus.

Mateus 8:29

Que temos nós contigo, Jesus, Filho de Deus?



5. NATUREZA DA FILIAÇÃO: ESCLARECENDO O CONCEITO

Não é uma filiação biológica (*geração carnal*):

João 1:18

Deus nunca foi visto por alguém. O Filho unigênito, que está no seio do Pai, este o fez conhecer"

O termo grego *monogenēs* (μονογενής) significa "único da mesma espécie", "não gerado temporalmente"

Filosoficamente falando, é uma filiação ontológica (*significa que ser Filho faz parte de quem Ele é por natureza, compartilhando a mesma essência do Pai de forma eterna, e não apenas um título ou função que Ele assumiu*):

João 10:30

Eu e o Pai somos um.

Em João 10:30, Jesus declara: "ἐγὼ καὶ ὁ Πατήρ ἓν ἐσμεν" "Eu e o Pai somos um"; o uso de ἓν (*neutro*) indica unidade de essência/natureza, não identidade de pessoa.

Ou seja, Pai e Filho são distintos como pessoas, mas compartilham a mesma natureza divina.

O próprio contexto confirma essa leitura, pois os judeus pegaram pedras para apedrejá-lo (Jo 10:31) e disseram que Ele, sendo homem, se fazia Deus (Jo 10:33).

Assim, o versículo é usado na defesa da divindade de Cristo porque mostra que sua afirmação foi entendida como reivindicação de igualdade com Deus, e não mera unidade de pensamentos ou propósito.

Filipenses 2:6 — ἐν μορφῇ θεοῦ ὑπάρχων - "... existindo em forma de Deus", Cristo já era divino antes da *encarnação*; o termo μορφῇ (*morphē*) *forma*, indica a forma que expressa a própria natureza ou condição real, não algo externo, simbólico ou meramente visual.

Colossenses 1:15 — "Imagem do Deus invisível" - εἰκὼν τοῦ Θεοῦ τοῦ ἀοράτου. O termo grego εἰκὼν (*eikōn*) não significa mera semelhança externa, mas representação que expressa a realidade do original.

Chamar Cristo de "imagem do Deus invisível" afirma que Ele manifesta perfeitamente a própria realidade de Deus, tornando visível e conhecido o Deus que, em si mesmo, é invisível.

6. RESPOSTA APOLOGÉTICA À OBJEÇÃO ISLÂMICA

Ponto 1: O cristianismo jamais ensinou geração biológica de Deus. Essa é uma caricatura que distorce a doutrina cristã.

Ponto 2: A filiação expressa relacionamento eterno dentro da Trindade - o Filho procede do Pai eternamente, não temporalmente (*geração eterna*).

Ponto 3: A Bíblia distingue claramente:

- Filiação adotiva dos crentes (*João 1:12 – "tornamo-nos filhos"*)
- Filiação única de Cristo (*João 3:16 – "Ele é o Filho eternamente"*)



Ponto 4: Negar que Deus tenha Filho é negar o próprio testemunho de Deus Pai nas Escrituras, é contradizer o que o Eterno declarou sobre Si mesmo.

O próprio Alcorão manda que os judeus e cristãos obedeçam ao que está escrito na Bíblia:

“Ó adeptos do Livro, em nada vos fundamentareis, enquanto não observardes os ensinamentos da Tora, do Evangelho e do que foi revelado por vosso Senhor!” (Sura 5:68)

Em síntese:

O título "*Filho de Deus*" não é figura de linguagem nem designação por ofício, é uma declaração ontológica ⁽²⁾ sobre a natureza divina de Cristo, afirmando Sua igualdade essencial (*homoousios*) ⁽³⁾ com o Pai. Esta verdade expressa realidade eterna, não função temporal, confirmada por:

1. Testemunho do Pai (*voz audível do céu*)
2. Autodeclaração de Jesus (*sob juramento*)
3. Consenso apostólico (*toda a igreja primitiva*)
4. Cumprimento profético (*Salmo 2:7; Isaías 9:6*)
5. Ressurreição (*Romanos 1:4 - declarado Filho com poder*)

Uma rápida análise nas diferenças doutrinárias:

Cristologia Comparada: Jesus nas Escrituras e Isa no Alcorão.

Este estudo analisa, em perspectiva teológica comparada, as diferenças entre a cristologia bíblica e a apresentação de *Isa* no Alcorão.

O propósito é compreender com precisão doutrinária os pontos de divergência que impactam a *Soteriologia*, a doutrina da revelação e a fé cristã.

I. Identidade e natureza de Cristo.

- Testemunho bíblico:

A *Cristologia* do Novo Testamento, afirma que Jesus é Deus encarnado. O Evangelho de João 1:1,14 apresenta o *Logos* como eterno e divino, que assumiu natureza humana sem deixar de possuir natureza divina. Essa realidade foi historicamente descrita como *união hipostática*.

A autoconsciência de Cristo quanto à sua divindade aparece em declarações como a de João 10:30 e João 8:58. A filiação divina é apresentada como realidade eterna.

A teologia bíblica entende que a divindade de Cristo fundamenta sua autoridade revelatória e redentora.

João 10:30

Eu e o Pai somos um.

João 8:58

Disse-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que, antes que Abraão existisse, eu sou.

- Testemunho alcorânico:

O Alcorão descreve *Isa* como um profeta humano nascido de Maria por ação divina. O nascimento virginal é afirmado, mas não conduz à divindade. *Isa* é mensageiro de Alá. A filiação divina é rejeitada.



A Surata 3:59 estabelece paralelo entre *Isa* e *Adão*, destacando criação e dependência. O exemplo de Jesus, ante Deus, é idêntico ao de Adão, que Ele criou do pó, então lhe disse: *Seja! e foi.* (Surata 3:59 - Alcorão)

No cristianismo, Cristo participa da natureza divina. No islamismo, *Isa* pertence à ordem criada.

Essa distinção influencia todas as demais doutrinas.

II. Obra redentora.

- Soteriologia bíblica:

O Novo Testamento apresenta Cristo como *Salvador substitutivo*. O evangelho de Marcos 10:45 descreve sua *morte como resgate*. Já João 1:29 associa sua obra à *remoção do pecado* e Atos 4:12 afirma *mediação exclusiva*. A Carta aos Hebreus descreve seu sacerdócio como eficaz e permanente. A expiação é tratada como *ato objetivo* na história.

Marcos 10:45

Porque o Filho do Homem também não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de muitos.

João 1:29

No dia seguinte, João viu a Jesus, que vinha para ele, e disse: Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo.

Atos 4:12

E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos.

- Perspectiva islâmica:

Isa não exerce função expiatória. Ele não assume culpa alheia nem realiza mediação sacerdotal. Sua missão é profética e moral. A responsabilidade pelo pecado é individual. Não há conceito de redenção substitutiva. A cruz ocupa lugar central na fé cristã. Sua ausência altera a compreensão de salvação.

III. Morte e ressurreição.

- Testemunho bíblico:

A morte de Cristo é apresentada como evento histórico e redentor. A Carta aos I Coríntios, capítulo 15 estabelece a *ressurreição como fundamento da fé cristã*. A ressurreição corpórea confirma a vitória sobre o pecado e a morte. A redenção cristã está vinculada a esses eventos.

- Testemunho alcorânico:

A Surata 4:157 declara que Jesus não foi crucificado. A tradição islâmica ensina que ele foi elevado ao céu. Porém, sem morte, não há expiação e sem expiação, a estrutura soteriológica é distinta. A negação da crucificação remove o eixo histórico do evangelho.

IV. Papel escatológico.

- Escatologia bíblica:



Cristo retorna como Rei e Juiz. Seu reino é eterno. Ele recebe adoração celestial. Seu papel final confirma sua autoridade.

- Escatologia islâmica:

Isa retorna como figura subordinada. Sua missão é confirmar o Islã. Ele não reina como soberano divino.

A DOCTRINA ISLÂMICA DA SALVAÇÃO PELAS OBRAS

- Balança divina (Mizan):

"Aqueles cujas boas ações pesarem mais na balança serão bem-aventurados. Mas aqueles cuja balança for leve terão condenado a si mesmos, permanecendo no Inferno para sempre." (Surata 23:102-103)

- Estrutura soteriológica:

1. *Obras prescritivas* - Cinco Pilares do Islã (shahada, salat, zakat, sawm, hajj).
2. *Contabilidade moral* - Anjos registram cada ação (Surata 82:10-12).
3. *Pesagem escatológica* - Boas obras devem superar más obras.
4. *Arbitrio divino* - Alá decide soberanamente, sem padrão objetivo.
5. *Incerteza permanente* - Mesmo Muhammad duvidava: *"Não sei o que será feito de mim"* (Surata 46:9).

A DOCTRINA CRISTÃ DA SALVAÇÃO PELA GRAÇA

- Sola Gratia (somente a graça):

Efésios 2:8-9

Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie.

- Elementos constitutivos:

1. *Iniciativa divina* - Deus age primeiro (I Jo 4:19)
2. *Obra substitutiva* - Cristo paga a dívida completa (Cl 2:14)
3. *Imputação legal* - A justiça de Cristo creditada ao crente (Rm 4:5-6)
4. *Regeneração sobrenatural* - Novo nascimento pelo Espírito (Jo 3:3-8)
5. *Perseverança condicional* - O crente deve permanecer na fé; a apostasia é uma possibilidade real. (II Pedro 2:20)

CONCLUSÃO

Seriam necessárias muitas páginas de um estudo apologético sistemático para tratar, de forma exaustiva, os temas abordados neste breve material. Ainda assim, este estudo já permite vislumbrar de que maneira podemos expressar, com firmeza, nossa confiança nas verdades reveladas na Bíblia Sagrada.



O desafio que se apresenta diante de nós é desenvolver a capacidade de falar com segurança diante daqueles que procuram questionar ou desconstruir as doutrinas da fé cristã por meio de argumentos construídos a partir de fontes secundárias. Isso requer dedicação pessoal no aprendizado e atenção cuidadosa aos fundamentos aqui apresentados.

Como já enfatizado, é indispensável o esforço individual para buscar formação consistente, por meio da leitura de livros e estudos acadêmicos produzidos por estudiosos sérios da apologética cristã. Tal preparo contribui para que o crente não seja levado por argumentos enganosos acerca da pessoa bendita do Senhor Jesus Cristo, nosso Deus.

As Escrituras nos exortam a adquirir conhecimento como algo de grande valor. Vivemos um tempo em que muitos se encontram espiritualmente distraídos, aceitando com facilidade ideias que enfraquecem a compreensão da fé. Por isso, torna-se necessário cultivar discernimento, maturidade espiritual e compromisso com a verdade.

Que o Espírito Santo ilumine os olhos do nosso entendimento.

Deus vos abençoe.

Pr. Sandro Machado

Dallas - Texas – USA

Fevereiro de 2026

Comissão Agenda Islâmica / SEMMIB – USA

NOTAS

(1) *Textus Receptus* (latim para "Texto Recebido") é a designação dada à série de edições impressas do Novo Testamento grego que serviram de base para as traduções protestantes clássicas da Reforma, como a Bíblia King James (1611) e a Almeida.

(2) i.e. Estudo do ser, e na teologia trata de quem Deus é em si mesmo "Seu Ser, essência e atributos, como sua onipotência, eternidade e imutabilidade", essenciais para a fé cristã.

(3) Do grego *homos*, "mesmo", e *ousia*, "essência/substância") é um termo teológico cristão que significa "da mesma substância" ou "consubstancial". Definido no Concílio de Niceia (325 d.C.), afirma que o Filho (Jesus Cristo) é da mesma natureza divina que o Pai, coeterno e coigual, refutando a ideia de que o Filho foi criado ou é inferior.

BIBLIOGRAFIA

SPROUL, R. C. Defendendo Sua Fé. Editora CPAD.

GILBERTO, Antonio. A Bíblia Através dos Séculos. Editora CPAD.

MCDOWELL, Josh. Evidências que Exigem um Veredito.

SMITH, Jay; JEPSON, Toby; SCHAEFFER, James. A Bíblia – Uma Apologética Cristã.

Nelson Glueck (1900–1971) foi um renomado rabino, arqueólogo bíblico e educador americano, famoso por seus extensos levantamentos no Deserto do Neguev e na Transjordânia.

SANDERS, Charles. An Introduction to Research in English Literary History. The Macmillan Company, 1952.

<https://quran.com/pt/al-maidah/68>

ROTEIRO DE AULA — VERSÃO PROFESSOR

1) Mandato bíblico da apologética

A apologética nasce de um mandamento apostólico. I Pedro 3:15 apresenta a defesa da fé como responsabilidade cristã. O



texto une postura e conteúdo: responder com mansidão, mas com razões. Amar a Deus inclui o entendimento (Mt 22:37). Defender a fé é parte da fidelidade cristã.

2) Natureza da apologética cristã

Apologética não cria a verdade; ela a defende. O cristianismo faz afirmações históricas e proposicionais. A fé não é irracional; ela transcende a razão sem contradizê-la. A defesa da fé remove obstáculos intelectuais e fortalece o testemunho cristão.

3) Importância da Bibliologia no diálogo com muçulmanos

Antes de tratar da pessoa de Cristo, é necessário estabelecer a confiabilidade da Escritura. Se a fonte é desacreditada, o conteúdo perde autoridade. Por isso o estudo começa com a Bíblia antes de Cristologia.

4) Formação do cânon

O cânon foi reconhecido, não criado. Os critérios envolveram autoridade divina percebida, vínculo profético/apostólico, coerência doutrinária e aceitação pelo povo de Deus. O questionamento de alguns livros mostra rigor no processo, não fragilidade.

5) Preservação textual

A crítica textual existe por causa de cópias manuais. Variantes são esperadas em qualquer tradição antiga. A singularidade bíblica está na quantidade de manuscritos disponíveis para comparação. Nenhuma doutrina cristã depende de texto incerto.

6) Confiabilidade histórica das Escrituras

A Bíblia passa pelos testes historiográficos comuns: transmissão textual documentada, testemunhas oculares e confirmações externas. O Novo Testamento é um dos documentos antigos mais bem atestados da história.

7) Ponto central de divergência com o islamismo

A divergência central entre cristianismo e islamismo está na identidade de Cristo. O islamismo admite Jesus como profeta, mas nega sua filiação divina e sua natureza. Portanto, o conflito é essencialmente cristológico.

8) Natureza da filiação divina

Filiação divina não é biológica. É ontológica e eterna - João 17:5 mostra glória compartilhada antes da criação. A encarnação não cria a filiação; manifesta-a na história. Sem filiação eterna não há Trindade eterna.

9) Testemunho bíblico convergente

O Pai declara a filiação no batismo e na transfiguração. Jesus afirma sua identidade diante das autoridades. Os apóstolos proclamam a filiação divina. Há múltipla atestação interna sobre quem Cristo é.

10) Diferença ontológica entre Jesus e Isa

O Jesus bíblico participa da natureza divina. Isa no Alcorão é criatura. Não é diferença de grau espiritual, mas de categoria de ser. Isso redefine toda a teologia de cada sistema.

11) Cruz e expiação

No cristianismo, a morte de Cristo é substitutiva e redentora. No islamismo, cada pessoa responde por seus próprios pecados. Sem substituição, não há expiação bíblica.

12) Ressurreição

A ressurreição valida a obra de Cristo e suas declarações. Paulo afirma que sem ela a fé é vã (1Co 15). A negação islâmica da crucificação remove o centro do Evangelho.

13) Salvação

Cristianismo: salvação pela graça mediante a fé.

Islamismo: salvação vinculada a obras e juízo final.

Um sistema oferece segurança baseada na obra de Cristo; o outro mantém incerteza baseada em desempenho humano.



14) Aplicação pastoral

Apologética não é para vencer debates, mas para firmar crentes. Conhecimento protege contra engano. Discernimento é parte da maturidade cristã. Dependência do Espírito Santo permanece essencial.